



TANCREDO NEVES E AS MEMÓRIAS DA “REDEMOCRATIZAÇÃO”: A CONSTRUÇÃO DE UM “HERÓI” DA RESISTÊNCIA

MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO¹

RESUMO

Considerando as análises feitas em nossa tese de doutorado, defendida no PPGCS-UFCG em 2015, propomos uma discussão sobre as memórias produzidas acerca de Tancredo Neves, sobretudo pela grande mídia, que o construiu como um “herói da resistência democrática”, a despeito de seu trânsito com os militares. A representação de Tancredo que o inclui na lista dos que resistiram à ditadura foi fabricada por ele próprio, pelos aliados políticos e alardeada pela grande imprensa, sobretudo durante a campanha presidencial para as eleições indiretas de 1984-1985, consolidada quando de sua doença e morte e reproduzida em narrativas biográficas elaboradas *a posteriori*. Em se tratando das narrativas midiáticas sobre sua doença e morte, na medida em que noticiavam o cotidiano “dramático” do presidente eleito, elaboravam uma memória histórica que consolidou a versão no imaginário social de que a eleição no colégio eleitoral foi legítima e democrática e, sobretudo, representou o “fim da ditadura militar” e o retorno das liberdades democráticas. De candidato conservador, portavoce de uma “abertura lenta, segura e gradual”, lema de Geisel, radicalmente contrário às alternativas para uma “redemocratização” à esquerda e eleito pela Aliança Democrática em razão das articulações políticas e da transferência do valor simbólico das “diretas já” para sua campanha eleitoral, Tancredo foi transformado em um “mártir” que teria sacrificado sua vida pela pátria e pela democracia. Ainda que tenha colaborado com os governos militares, ou, no máximo, tenha realizado uma “oposição consentida”, a representação social preponderante a seu respeito é a de um herói da resistência democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Tancredo Neves, Grande Imprensa.

¹ Professora substituta da UFCG; Doutoranda em História Social pela USP; Doutora em Ciências Sociais pela UFCG.

A memória de Tancredo Neves que o inclui na lista dos heróis que resistiram ao regime autoritário implantado no Brasil em 1964 foi fabricada por ele próprio em seus discursos políticos e entrevistas concedidas, por aliados e alardeada pela grande imprensa, em grande medida, durante a campanha presidencial de 1984-1985, consolidada quando de sua doença e morte e reproduzida em narrativas biográficas elaboradas *a posteriori* (DELGADO, 1985, 2010; NUNES, 1988; COUTO, 1995, 2010; TENDLER, 2011; RIBEIRO, 2015). Nessas narrativas, a vida de Tancredo foi constituída como um “todo, um conjunto coerente e orientado”, como se “‘desde o início’, desde a mais tenra idade” (BOURDIEU, 1996: 74), estivesse se dirigindo, teleologicamente, a um objetivo, uma realização predeterminada: a “redemocratização” brasileira. Representações que nos propomos a problematizar, tendo como hipótese o argumento de que foram construídas socialmente, em especial nos anos 1980, pela atuação da grande imprensa e de textos biográficos produzidos por jornalistas.

Em análise acerca dos discursos de Tancredo Neves (Cf.: DELGADO, 2010), pronunciados a partir da “abertura lenta gradual e segura” proposta pelo governo Geisel, observamos sua adequação às regras do jogo político estabelecidas pelo regime civil-militar. Cotejando seus discursos com fontes jornalísticas (*O Globo* e *Folha de São Paulo*) percebemos que Tancredo manteve uma posição do que se chamava, de acordo com o vocabulário da época, de “oposição consentida” com a cúpula do regime, não contestando a estrutura política vigente e atuando “dentro da ordem”.

Porém, no processo de construção simbólica da “redemocratização”, protagonizado pelos grupos que exerciam uma dominação no campo político e pela grande imprensa, destacando-se o período que sucedeu a derrota da Emenda Dante de Oliveira² e a campanha pelas indiretas com Tancredo como candidato “oposicionista”, ele foi inserido no rol dos principais ícones da resistência ao “arbítrio”. Lugar que continua a fazer parte de um tipo de memória social sobre Tancredo, em especial a fabricada pela mesma imprensa que apoiou o golpe, colaborou com a ditadura e legitimou sua candidatura e sua vitória, tornando-as símbolos do fim da ditadura civil-militar.

Publicações mais recentes têm se preocupado em lançar novos olhares sobre a ditadura a fim de problematizar visões dicotômicas que, por vezes, limitam-se a discutir o colaboracionismo de uns e a resistência de outros, construindo uma polarização entre heróis e vilões e pouco

² Proposta de emenda constitucional apresentada em 02 de março de 1983 pelo deputado Dante Martins de Oliveira que estabelecia eleições diretas para novembro de 1984. Foi derrotada em 25 de abril de 1984, após uma ampla campanha que envolveu setores da sociedade e líderes políticos entre 1983 e 1984, com intensificação neste último ano. Há trabalhos a respeito, a exemplo de: LEONELLI, OLIVEIRA, 2004.

contribuindo para análises que levem em conta a complexidade das relações entre regimes autoritários e as sociedades que os produzem (QUADRAT, ROLLEMBERG, 2011), incluindo como parte destas a grande mídia. A análise de Hannah Arendt (1999) sobre a “banalidade do mal” nos chama a atenção para o fato de que o “mal” não está circunscrito em lugares ou indivíduos específicos, visto que é uma produção da sociedade. Mobilizá-la é importante para fazermos análises sobre a ditadura e as memórias que a ressignificam para além dos maniqueísmos que reduzem as possibilidades de se enxergar a realidade social através de suas representações de forma mais complexa.

Ditadura “nunca mais” é um *slogan* muito veiculado em redes sociais e no cotidiano, sobretudo nesses anos de comemorações dos 50 anos do golpe e dos 30 anos da “redemocratização”. A defesa de Estados democráticos tornou-se uma espécie de cláusula pétreia, no entanto caminha junto com um ódio à democracia (RANCIÈRE, 2014), haja vista que defender governos democráticos não é sinônimo de defender sociedades democráticas. Em razão dessas complexidades que marcam o campo político e as narrativas que o elaboram, é que consideramos importante construir análises sobre as relações entre ditadura e democracia, entendendo, por exemplo, que uma cultura autoritária pode estar presente em governos democráticos.

Neste sentido, é que nos preocupamos em analisar as memórias produzidas em torno da “redemocratização” que construíram Tancredo Neves como o ícone da resistência democrática, ainda que ele tenha se acomodado às regras do jogo político tramado pelos militares e, no máximo, tenha promovido uma “oposição consentida” (MACIEL, 1999). Nessa memória, bastante reatualizada nos 30 anos da “redemocratização” e de sua morte, Tancredo é um sujeito com uma trajetória linear, aparece como se desde cedo, em sua juventude, tivesse uma predisposição para a democracia. É uma tese que, inclusive, trata a democracia como um dado natural, universal, imóvel, não como uma construção social e histórica, significada de diferentes formas em diferentes historicidades e por diferentes atores políticos.

Em 2015, ano em que foram lembrados os 30 anos da eleição indireta e da morte de Tancredo, colunas de opinião, reportagens em telejornais e livros a respeito de sua trajetória política, reatualizaram a memória do ex-presidente eleito, fortalecendo sua imagem enquanto o ícone da democracia. De acordo com os textos jornalísticos, seu principal feito político foi a “conciliação” com a qual articulou uma estratégia “pacífica” para derrotar o “autoritarismo”, evitando “radicalizações” e rupturas que deslocassem o *status quo*. Essa imagem de

“conciliador” foi fortemente construída pelas narrativas midiáticas acerca de sua morte, a 21 de abril de 1985, episódio transformado pela imprensa em símbolo de seu “sacrifício” pela democracia.

O cenário contemporâneo, com uma forte onda conservadora, nos inquieta a rever a memória social produzida sobre a chamada “redemocratização”. Por essa razão temos a intenção de colocar em suspeição a memória fabricada para e por Tancredo enquanto o ícone da democracia, considerando temporalidades posteriores à experiência da redemocratização ou transição, a exemplo dos anos 2010, centenário de Tancredo, ou 2014 e 2015, momento em que a memória dele enquanto um líder democrático foi bastante reatualizada por seu neto, Aécio Neves, mas também por atores políticos que se inscrevem no campo da esquerda. Uma memória produzida por reportagens especiais da grande imprensa, mas também por jornalistas em suas biografias laudatórias acerca dele.

A título de demonstração, no primeiro programa do segundo turno do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) durante as eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves (PSDB) deu ênfase à memória de Tancredo Neves, seu avô, e ao lema usado na campanha das eleições indiretas deste em 1984, “Muda Brasil!”. O argumento que fundamentou os usos desse passado girou em torno da ideia de que, no presente, Aécio também estava lutando contra um “governo autoritário” frente ao qual propunha uma “mudança” que parecia estar mais próxima tendo em vista que, à semelhança do que ocorreu com seu avô na articulação da Aliança Democrática³, sua candidatura parecia costurar alianças com grupos políticos divergentes que tinham em comum “um sentimento de mudança”. No início de seu programa, cujo lema era “Muda Brasil, agora é Aécio”, o locutor rememora o passado da “redemocratização” em que Tancredo é o protagonista e o sujeito da “conciliação”.

Olha como o mundo dá voltas. Há 30 anos, quando o Brasil sofria uma cruel ditadura e pedia por mudanças, o mineiro chegou e disse que se os brasileiros deixassem as diferenças de lado e unissem sob uma mesma bandeira, nada poderia detê-los. Deixa ele falar, dizia o governo, nós temos o poder. Mas esse velho mineiro não se intimidou e continuou lutando e denunciando o que estava errado até

³ Aliança formada entre os partidos de oposição ao partido do governo militar, o PDS, cujo candidato à presidência foi Paulo Maluf. As duas principais agremiações foram o PMDB, de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães e a Frente Liberal, de José Sarney e Aureliano Chaves, às quais se juntaram o PDT, de Leonel Brizola e o PTB, de Ivete Vargas. Sarney se filou ao PMDB para ser candidato a vice-presidente, visto que a Frente Liberal (futuro PFL) não era um partido oficial ainda. Além desses, PCB, PC do B, MR-8 também apoiavam a aliança, ainda que não tivessem representantes no Colégio Eleitoral por não serem partidos legalizados. PCB, PC do B são legalizados em 1985. O MR-8 era uma organização política, conhecida pela participação na luta armada nos anos 1960 e 1970, e que atuava dentro do PMDB. Vale lembrar que nem todos os representantes seguiram a orientação da bancada de seu partido. Membros do PDS votaram em Tancredo, do PDT e do PTB votaram em Paulo Maluf e do PT, partido que não apoiou a candidatura de Tancredo, votaram neste.

que o Brasil voltasse à democracia. Pois é, Tancredo Neves mostrou que nada é impossível quando o povo está unido. E, hoje, 30 anos depois, justo quando o País mais precisa, aparece um outro mineiro e neto de Tancredo para denunciar o que está errado e fazer a grande mudança que o Brasil precisa. Coincidência, não é? Curioso como o mundo dá voltas! (GUIA 01 DO SEGUNDO TURNO, Aécio Neves, 09/10/2014, 10 min).

São ressignificações de uma personagem política cuja memória é associada ao fim da ditadura e ao restabelecimento da democracia. Usos do passado no presente que nos inquietam para olharmos para uma experiência histórica recente, ainda pouco estudada pela historiografia, talvez em razão da própria proximidade temporal, sobretudo considerando a personagem em evidência neste artigo. Trata-se, de acordo com hipóteses que estamos ainda em fase de testes investigativos, de um sujeito social que representava valores autoritários que nos parecem estruturais no âmbito da sociedade brasileira. A reafirmação de que *somos um país democrático porque conseguimos derrotar uma ditadura truculenta* nos parece ter produzido um esquecimento de quaisquer permanências de ranços autoritários na tentativa de criar um novo futuro para um país que vivera 21 anos de ditadura “militar”; futuro otimista que estava condicionado à exigência de que o passado recente deveria ser apagado.

Vale situar que, segundo Rollemberg (2011), a partir de 1979, com a Lei da Anistia, a revisão da Lei de Segurança Nacional e a revogação do AI-5, houve um esforço político no sentido de construir uma memória dos “anos de chumbo” e de um “regime imposto pelos militares” e, a partir disso, de produzir um esquecimento da participação civil no golpe “militar” e na ditadura “militar”, silenciando o fato de que para muitos aquele foi um período áureo da história política brasileira⁴.

Conforme ressalta, a partir daquele momento a sociedade construía uma imagem de si “(...) como essencialmente democrática, que repudiara o arbítrio, desde o início, desde sempre, numa *luta intransigente* contra os militares. Na verdade, o *golpe* tinha sido *militar*; a *ditadura*, *militar*; o regime, *imposto*; a sociedade, *vítima*” (ROLLEMBERG, 2011: 100, grifos da autora). Discurso que já é tensionado no campo acadêmico, sobretudo por historiadores (REIS, 2014; ROLLEMBERG; 2011; KUSHNIR, 2004), mas que continua sendo alimentado por atores políticos e por setores do campo jornalístico – grande imprensa – que reatualizam a versão histórica de que líderes, como Tancredo Neves, que tinha um discurso afinado com os

⁴ Vale ressaltar que nos anos 2014 e 2015, grupos de pessoas divulgaram uma espécie de “nostalgia” em relação à ditadura civil-militar, reivindicando a “intervenção militar já” em manifestações nas ruas ou através das redes sociais.

governos militares, foram os principais responsáveis pelo fim do “arbítrio” e “ícones da democracia”.

Esse tipo de exercício memorialístico foi feito por uma imprensa que conferiu um amplo espaço à campanha de Tancredo Neves em 1984, a sua vitória no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, a sua doença e morte entre março e abril de 1985. Afinal de contas, nos parece que foram nesses momentos que Tancredo ganhou destaque maior na memória nacional. Foi aí que ele foi construído como um “ícone da democracia”, um “mártir”. Pode ser observado, ainda, nas “datas comemorativas”, como os 100 anos de seu nascimento em 2010, em cuja referência a Câmara Federal encomendou a organização de seus discursos (DELGADO, 2010). Podemos pontuar, também, os “30 anos da redemocratização” e a construção de museus⁵, pensados enquanto “lugares de memória” (NORA, 1993) que contribuem para a sacralização de mitos políticos.

Se a partir das últimas décadas do séc. XX e, sobretudo, no séc. XXI, o golpe de 1964 tem sido objeto de muitos estudos, revisões e análises pelos historiadores (FICO, 2014, REIS, 2014, *et al*), o mesmo não nos parece ocorrer com a chamada “redemocratização”, pensando-a como uma experiência histórica, temporal, significada socialmente de diferentes formas por diferentes grupos e sujeitos sociais. Trata-se de um período ainda não muito pesquisado pelos historiadores da política, em razão, talvez, da proximidade temporal⁶ e/ou por se tratar de uma experiência vivida por muitos deles. Ao mesmo tempo, a temática da ditadura na relação com a democracia tem sido muito revisitada nos últimos anos, em especial com os 50 anos do golpe (MOTTA, REIS, RIDENTI, 2014; REIS, 2014).

Segundo uma periodização convencional, tivemos uma transição democrática entre 1974 e 1985. A partir deste ano e, sobretudo, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição e de 1989, com as primeiras eleições diretas, o Brasil voltava a ser um país democrático. Há trabalhos, em especial no campo da sociologia e da ciência política (CARDOSO, 1985; LAMOUNIER, 1991; VIANNA, 1989), que discutem a “transição democrática” ou a noção de democracia, exercício pouco observado entre os historiadores, sobretudo a partir de uma perspectiva crítica. Aliás, essa periodização nos parece expressar uma visão “repartida” da história, pensada de forma linear e que é reproduzida socialmente, tendo na grande imprensa seu principal canal de veiculação.

⁵ Museu em Brasília com o nome *Panteão da Pátria Tancredo Neves*, inaugurado em setembro de 1986. Em São João Del Rey, sua cidade natal, há o *Memorial Tancredo Neves*, aberto em dezembro de 1990.

⁶ Conforme foi discutido no GT de História Política, durante o XVII Encontro Estadual de Historiadores – ANPUH-PB, na cidade de Guarabira – PB, em julho de 2016.

No ensaio introdutório à coletânea de discursos de Tancredo Neves organizado a convite da Câmara Federal, Lucília Delgado (2010) mitifica-o, sem estabelecer uma relação de distanciamento-estranhamento que lhe permitisse se posicionar criticamente e tratá-lo como sujeito histórico. O que provavelmente tem a ver com o fato de ter escrito para uma coletânea oficial, organizada pela Câmara Federal. Preocupa-se, sobretudo, em demonstrar que o homem responsável pela “transição”, tinha uma “vocação democrática” inata, um destino que já se iniciara em sua infância quando lia para o pai discursos de Rui Barbosa, Barbosa Lima Sobrinho e outros políticos que faziam parte da “oposição” da época, conforme ele próprio conta em entrevista (DELGADO; SILVA, 1985: 68-69).

Aliás, no livro em que consta esta entrevista, intitulado *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*, Lucília Delgado, em parceria com Vera Alice Silva, expuseram depoimentos de Tancredo a elas conferidos entre 1983 e 1984 como parte de um projeto de História Oral no âmbito do Centro de Estudos Mineiros da UFMG. Consideramos importante citar a justificativa que as autoras expõem para o empreendimento realizado:

Recolher em depoimento a história de vida do Dr. Tancredo Neves traduziria a recuperação, no contexto da visão particular do político mineiro, da memória de um longo período republicano de quarenta anos, ao lado de reconstruir a trajetória específica de um político com participação efetiva e marcante na definição dos rumos tomados pela história brasileira mais recente. Sem dúvida um manancial rico em interesse histórico, político e social. Naqueles dias, início de 1983, recém-empossado Governador de Minas, o Dr. Tancredo já despontava no cenário nacional como um dos grandes articuladores – senão o de maior habilidade e visão – das pré-condições de um novo tempo na dinâmica política brasileira, com a superação do autoritarismo do regime militar (DELGADO; SILVA, 1985: 18).

As autoras fizeram as entrevistas no contexto político das diretas, envolvidas com o próprio movimento de “redemocratização”. Em leitura preliminar, observamos como as pesquisadoras do campo das ciências sociais estruturaram as entrevistas estabelecendo um roteiro que contribuía para Tancredo elaborar uma memória de si linear, coerente e, sobretudo, uma memória que o associava desde a mais tenra idade a uma “vocação democrática”. Trata-se de um trabalho realizado num contexto político de “redemocratização”, do movimento pelas “diretas já” e, portanto, de uma representação social acerca do papel de Tancredo naquele cenário. Essas narrativas elaboradas sobre e por Tancredo são frequentemente marcadas pela associação entre ele e o “mito da mineiridade” que, segundo Arruda (1989), tem sido usado desde o império aos tempos atuais.

Consideramos que as narrativas midiáticas e as biografias produzidas por jornalistas evidenciam uma memória única de Tancredo Neves que o associa à democracia, tratada por aquelas em termos de universalidade e não como uma construção social. A abordagem historiográfica, portanto, é uma possibilidade de crítica social na medida em que detém ferramentas epistemológicas próprias ao seu campo que permitem aos que a praticam problematizar a narrativa jornalística. Uma narrativa que, ressalte-se, elabora um tipo de conhecimento histórico distinto daquele produzido por historiadores de ofício, construindo representações do passado que são validadas socialmente, a exemplo daquelas produzidas sobre Tancredo nos “30 anos de redemocratização”, que o perenizam enquanto o “ícone da democracia”, na tentativa de conservar uma memória elaborada entre os anos de 1984 e 1985 e afastá-lo de quaisquer associações com o autoritarismo.

Nesse sentido, acreditamos que, dentro do campo da história do tempo presente (DELGADO, FERREIRA, 2014), seja possível aos historiadores se debruçarem sobre uma experiência recente, sobre a qual se sobressaem análises de jornalistas e de atores políticos que participaram do processo, fazendo-o, geralmente, de forma maniqueísta, vilanizando uns e heroificando outros. Considerando um cenário político de uma intensa disputa política que é narrada pela mídia de forma polarizada e que é marcada pelas apropriações de sujeitos políticos, cuja memória é associada à “redemocratização”, dos quais enfatizamos Tancredo Neves, seja por partidos de “direita”, seja por partidos de “esquerda”, discutir as memórias que o naturalizaram como herói da resistência democrática e que permanecem quase intocáveis no âmbito da sociedade brasileira, é uma tarefa da qual o historiador não pode se evadir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDET, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** Trad.: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Trad.: Mariza Corrêa. Campinas-SP: Papyrus, 1996, pp. 74-82.

- CARDOSO, Fernando Henrique. **A democracia necessária**. Campinas: Papyrus, 1985.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- DELGADO, Lucília de A. Neves; SILVA, Vera Alice C. **Tancredo Neves: a trajetória de um liberal**. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: UFMG, 1985.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). **Tancredo Neves: perfis parlamentares**. 2. ed. n. 56. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2010.
- FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LAMOUNIER, Bolívar. **Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da ditadura militar à Nova República (1974-1985)**. 1999. 408f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás-UFG, Goiânia, 1999.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad.: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n° 10, pp. 97-28, dez. 1993.
- NUNES, Augusto. **Os grandes líderes – Tancredo**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Trad.: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, José Augusto. **Tancredo Neves**: a noite do destino. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

TENDLER, Silvio. **Tancredo, a travessia**. Brasil, 2011. 1h 30min.

VIANNA, Luiz Werneck. **A transição**: da constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989.